XEROX DE LEIS ORDINÁRIAS 2002



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 407 DE 14 DE JANEIRO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ASSINAR TERMO DE RESCISÃO DE CONVÊNIO E PARCELAMENTO DE DÉBITO JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a assinar termo de Rescisão de Convênio, reconhecimento e Parcelamento de Débito, com a Secretaria de Estado de Educação, para parcelamento em 40 (quarenta) parcelas do débito total no valor de R$ 155.486,14 (cento e cinqüenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos), proveniente de prestação de contas junto ao Convênio celebrado em 31 de março de 1998, com a finalidade de execução de obras de construção e ampliação do Programa de Ação Cooperativa – PAC, conforme Minuta que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a presente lei, correrão por conta de dotação orçamentária próprias suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de janeiro de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 408 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento da Guarda Municipal a contratar em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, até 08 (oito) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a guardas municipais, até realização de concurso público.

Art. 2º - A contratação de que trata esta Lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único - O prazo de referidos contratos será de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez.

Art. 3º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão estabelecidos em isonomia aos vencimentos dos servidores públicos, na forma da Lei Complementar nº 102 de 04 de abril de 2.000 e suas alterações.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 408 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DA GUARDA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento da Guarda Municipal a contratar em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, até 08 (oito) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a guardas municipais, até realização de concurso público.

Art. 2º - A contratação de que trata esta Lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único - O prazo de referidos contratos será de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez.

Art. 3º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão estabelecidos em isonomia aos vencimentos dos servidores públicos, na forma da Lei Complementar nº 102 de 04 de abril de 2.000 e suas alterações.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPAÑO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CIDEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 409 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica aberto na Divisão de Administração e Dependências, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 127.500,00(Cento e vinte e sete mil e quinhentos reais), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

02.....	Administração e Dependências
02.06.....	Guarda Municipal
0618100082.007000.....	Manutenção das Atividades da Guarda Municipal
02.06.44.90.52.....	Equipamentos e Material Permanente

Artigo 2° - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação, e do convênio nº 180/2001, celebrado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 409 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica aberto na Divisão de Administração e Dependências, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, um Credito Adicional Especial no valor de R$ 127.500,00(Cento e vinte e sete mil e quinhentos reais), obedecidas as classificações Institucional, Funcional-Programática e Econômica abaixo discriminadas:

02.....	Administração e Dependências
02.06.....	Guarda Municipal
0618100082.007000.....	Manutenção das Atividades da Guarda Municipal
02.06.44.90.52.....	Equipamentos e Material Permanente

Artigo 2° - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação, e do convênio nº 180/2001, celebrado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 410 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DAS OBRAS EM ANDAMENTO NO MUNICÍPIO E AINDA AOS CONVÊNIOS FIRMADOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS-DADE.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento das obras em andamento no Município e ainda aos Convênios firmados junto ao Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias - DADE, a contratar em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 20 (vinte) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a dez pedreiros e dez ajudantes de pedreiro.

Art. 2º - A contratação de que trata esta Lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único - O prazo de referidos contratos será de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez.

Art. 3º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão estabelecidos em isonomia aos vencimentos dos servidores públicos, na forma da Lei Complementar nº 102 de 04 de abril de 2.000 e suas alterações.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 410 DE 29 DE JANEIRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DAS OBRAS EM ANDAMENTO NO MUNICÍPIO E AINDA AOS CONVÊNIOS FIRMADOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS-DADE.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado, para atendimento das obras em andamento no Município e ainda aos Convênios firmados junto ao Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias - DADE, a contratar em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 20 (vinte) funcionários para o exercício temporário das atribuições correspondente a dez pedreiros e dez ajudantes de pedreiro.

Art. 2º - A contratação de que trata esta Lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único - O prazo de referidos contratos será de seis meses, prorrogável pelo mesmo período, uma única vez.

Art. 3º - Os vencimentos mensais do pessoal contratado, serão estabelecidos em isonomia aos vencimentos dos servidores públicos, na forma da Lei Complementar nº 102 de 04 de abril de 2.000 e suas alterações.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 29 de Janeiro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 411 DE 14 DE MARÇO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR AMIGAVELMENTE UMA FAIXA DE TERRA COM ÁREA DE 2.007,1007 METROS QUADRADOS DE PROPRIEDADE DE AGROPECUÁRIA PEETERS S/A, QUE COMPÕE A ESTRADA MUNICIPAL HBR 180 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado desapropriar amigavelmente, imóvel localizado no Município de Holambra com a seguinte descrição: uma Faixa de terras que compõem parte da Estrada Municipal HBR 180, desmembrada do lote 15 da Seção B, com área de 2.007,1007 metros quadrados, no imóvel denominado Fazenda Ribeirão, situado no Município de Holambra, comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, compreendido dentro das seguintes divisas e confrontações: Começa no marco XCVII43a cravado na margem de uma estrada de 10 metros de largura e na divisa deste lote com outra estrada de 10,00 metros de largura; daí segue confrontando com a primeira estrada com rumo e distância de 20º 10' 00'' NE e 5,96 metros até o marco XCVII43aa, cravado na margem desta estrada e na divisa com a Gleba A – remanescente do lote 15 da Seção B da Fazenda Ribeirão de propriedade de Agro-Pecuária Peeters S/A, daí segue confrontando com o lote 15 da Seção B, com rumo e distância de 39º 10' 16'' NW e 523,93 metros até o marco XCVII33a1 cravado na divisa do lote 15 da Seção B com terras de Francisco Phillipino ou Sucessores; daí segue a esquerda e segue confrontando com terras de Francisco Phillipino, com rumo e distância de 34º 16' 09'' SW e 10,43 metros até o marco XCVII33a2 cravado na divisa de terras de Francisco Phillipino ou Sucessores e da Gleba B do lote 15 da Seção B; daí segue confrontando com Gleba B do Lote 15 da Seção B, com rumo e distância de 39º 10' 16'' se E 107,58 metros até o marco XCVII36b, cravado na divisa da Gleba B e com terras da Cooperativa Agro-Pecuária Holambra; daí segue a esquerda confrontando com faixa de terras que forma a Estrada Municipal HBR 180, com rumo e distância de 74º 06' 08'' NE e 6,53 metros até o marco XCVII36a, cravado na faixa de terras que forma a Estrada Municipal HBR 180; daí deflete a direita e segue confrontando com esta faixa de terras, com rumo e distância de 39º 10' 16'' SE e 301.03 metros até o marco CVII43a1a, cravado na divisa da faixa de terra que forma a Estrada Municipal HBR 180 e na margem da estrada municipal; daí segue confrontando com esta estrada com rumo e distância de 39º 10' 16'' SE 114,00 metros até o marco XCVII43a, onde teve início; avaliado em R$ 0,05 o preço de metro quadrado da referida área, o que resulta no total de R$ 100,36 para os 2.007,1007 m2 desmembrados.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Art. 3º - Fazem parte integrante desta Lei, Memorial Descritivo, Plantas do imóvel e Laudo de Avaliação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Março de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 412 DE 14 DE MARÇO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR AMIGAVELMENTE UMA FAIXA DE TERRA COM ÁREA DE 1.806,22 METROS QUADRADOS, DE PROPRIEDADE DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA HOLAMBRA, QUE COMPÕE A ESTRADA MUNICIPAL HBR 180 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado desapropriar amigavelmente, imóvel localizado no Município de Holambra com a seguinte descrição: uma Faixa de terras que compõe parte da Estrada Municipal HBR 180, com área de 1.806,22 metros quadrados, medindo; Começa no marco XCVII 43 a1 cravado na divisa deste lote com o lote B-15 ocupado por Agrícola Peeters S/A (antigamente L.J. Peeters) e na margem de uma Estrada de 10,00 metros de largura; daí segue acompanhando a divisa do lote B-15 com rumo e distância de 39º 10'16" NW e 302.49 metros até o marco XCVII36a cravado na divisa deste lote e o lote B-15; daí segue a esquerda acompanhando a divisa do lote B-15 com rumo e distância de 74º 06'08" SW e 6,53 metros até encontrar o marco XCVII36b, cravado na divisa com o lote remanescente, Lote 15A da seção B; daí segue a esquerda, confrontando com o lote remanescente, com rumo e distância de 39º 10'16" SE e 301,90 metros até o marco XCVII43a1b cravado na divisa do lote remanescente e terras de propriedade de Gradus Joseph Wilhelmus Kortstee (antigamente A. E. H. Graat) e final da Estrada Municipal; daí segue a esquerda confrontando com o final da Estrada Municipal HBR 180 com rumo e distância de 64º 41'39" NE e 6,40 metros até o marco XCVII43a1.; avaliado em R$ 0,05 o preço de metro quadrado da referida área, o que resulta no total de R$ 90,31 para os 1.806,22 m2.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Art. 3º - Fazem parte integrante desta Lei, Memorial Descritivo, Plantas do imóvel e Laudo de Avaliação.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de Março de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 413 DE 14 DE MARÇO DE 2002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL E POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO A CAMPANHA DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA DENGUE.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar para fins de Programa de erradicação da "Dengue", em caracter excepcional e nos termos do inciso IX do Art. 37, da Constituição Federal, por tempo determinado, 03 (três) funcionários para o exercício temporário das atribuições de Agentes de Vetores.

Art. 2º - A contratação de que trata esta lei, será feita pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho na forma de seus artigos 443, §2º e art. 445, e dependerá da existência de recursos orçamentários.

Parágrafo Único – O prazo de referidos contratos será de 90 dias, prorrogável em caso de extensão do Programa por exigência do Ministério da Saúde, uma única vez.

Art. 3º - O vencimento do pessoal contratado, será de um salário mínimo mensal.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria, a ser suplementada se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de março de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 414 DE 16 DE ABRIL DE 2002.

DA DENOMINAÇÃO DE RUA FÊNIX A VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º A rua sem saída localizada do lado esquerdo do Ginásio de Esporte que dá acesso ao estacionamento da escola Ipê e piscina do município, passa a denominar-se Rua Fênix.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de abril de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 414 DE 16 DE ABRIL DE 2002.

DA DENOMINAÇÃO DE RUA FÊNIX A VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º A rua sem saída localizada do lado esquerdo do Ginásio de Esporte que dá acesso ao estacionamento da escola Ipê e piscina do município, passa a denominar-se Rua Fênix.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de abril de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 415 DE 03 DE MAIO DE 2002.

DA DENOMINAÇÃO AS VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º A Rua I, localizada entre a Alameda Maurício de Nassau e a Perimetral Mário Bonano, passa a denominar-se Rua Íris.

Artigo 2º A Rua II, localizada entre a Rua Ciclamens e a Alameda Maurício de Nassau, passa a denominar-se Rua Liziantus.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI 416 DE 10 DE MAIO DE 2002.

AUTORIZA O FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A REALIZAR BAZAR BENEFICENTE PARA VENDA DE MERCADORIAS RECEBIDAS EM DOAÇÃO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Fundo Social de Solidariedade da Estância Turística de Holambra, autorizado a realizar Bazar Beneficente para venda de mercadorias recebidas a título de doação da Secretaria da Receita Federal, Sistema de Mercadorias Apreendidas.

Artigo 2º - O valor arrecadado com a venda das mercadorias será depositado em conta própria do Fundo Social de Solidariedade e destinar-se-á à construção da Sede da Oficina Abrigada, que tem como objetivo inserir o deficiente no seu contexto social e, no mercado de trabalho através do aprendizado dirigido nas oficinas profissionalizantes.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13.12.2001.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

10 de maio de 2002.

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI 416 DE 10 DE MAIO DE 2002.

AUTORIZA O FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A REALIZAR BAZAR BENEFICENTE PARA VENDA DE MERCADORIAS RECEBIDAS EM DOAÇÃO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Fundo Social de Solidariedade da Estância Turística de Holambra, autorizado a realizar Bazar Beneficente para venda de mercadorias recebidas a título de doação da Secretaria da Receita Federal, Sistema de Mercadorias Apreendidas.

Artigo 2º - O valor arrecadado com a venda das mercadorias será depositado em conta própria do Fundo Social de Solidariedade e destinar-se-á à construção da Sede da Oficina Abrigada, que tem como objetivo inserir o deficiente no seu contexto social e, no mercado de trabalho através do aprendizado dirigido nas oficinas profissionalizantes.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13.12.2001.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

10 de maio de 2002.

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 417 DE 20 DE MAIO DE 2002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR AMIGAVELMENTE UMA GLEBA DE TERRAS COM ÁREA DE 178,56 M2 PERTENCENTE A ALBERTUS WAGEMAKER E ANNA GERTRUDA CRINS WAGEMAKER, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado desapropriar amigavelmente, imóvel localizado no Município de Holambra, pertencente a Albertus Wagemaker e Anna Gertruda Crins Wagemaker com a seguinte descrição: uma gleba de terras situada no Município de Holambra, designada por "Área 1" – com área de 178,56 m2, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto nº N5 frente para o cruzamento da estrada Municipal HBR 253 e Vicinal para o município de Jaguariúna, com extensão de 9,21 metros e rumo de 74º 57'11" NE até o marco W14 aaa cravado junto á Avenida das Tulipas; daí segue margeando esta avenida com rumo de 28º06'10" SE e 24,71 metros até um ponto cravado na margem desta avenida; daí segue em curva de concordância uma distância de 25,31 metros até um ponto cravado na divisa com a Gleba B5; daí deflete a direita e segue com rumo de 10º 21' 01' SW e 11,24 metros até o ponto N5, que serviu de início.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Fazem parte integrante desta Lei, Memorial Descritivo, Plantas do imóvel e Laudo de Avaliação.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 418 DE 20 DE MAIO DE 2002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR AMIGAVELMENTE UMA GLEBA DE TERRAS COM ÁREA DE 1.187,09 METROS PERTENCENTE A ALBERTUS WAGEMAKER E ANNA GERTRUDA CRINS WAGEMAKER, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado desapropriar amigavelmente, imóvel localizado no Município de Holambra com a seguinte descrição: uma gleba de terras situada no Município de Holambra, designada por "Área 2" – com área de 1.187,09 metros, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto nº B5, cravado na divisa com a Gleba B3; daí segue confrontando com esta gleba, com rumo e distância de 86º 53' 11" SW e 23,60 metros até o ponto B4; daí segue com o mesmo rumo uma distância de 83,99 metros até um ponto cravado na divisa com a Gleba B5; daí deflete a direita e segue confrontando com a Gleba B5, com rumo e distância de 10º 21' 01" SW e 11,56 metros até um ponto cravado na divisa com a mesma gleba; daí deflete a direita e segue com rumo e distância de 86º 53' 11" NE e 85,63 metros até um ponto; daí deflete a esquerda e segue confrontando com a mesma gleba em curva de concordância de 18,07 metros até encontrar um ponto cravado na margem da Avenida das Tulipas; daí deflete a direita e segue confrontando com a Avenida das Tulipas, uma distância de 26,38 metros até o ponto B5, que serviu de início.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Fazem parte integrante desta Lei, Memorial Descritivo, Plantas do imóvel e Laudo de Avaliação.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 419 DE 20 DE MAIO DE 2002.

ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 283 DE 09 DE MARÇO DE 1998 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL À CELEBRAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO-DER, PARA OBRAS VIÁRIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o Inciso II do Artigo 1º da Lei Ordinária Municipal nº 283 de 09 de Março de 1998, que passa a ter a seguinte redação:

" **Artigo 1º.-.....**

I - ...

II - Estrada Vicinal do Bairro Palmeiras, com aprox. 7.240m de extensão;"

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,20 de maio de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 420 DE 10 DE JUNHO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
8-Saneamento 01-Água e Esgoto 1751200341.026000- Ampliação da rede de água 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Ampliação da rede de água (adutora de água bruta DN 200mm)	**R$ 80.000,00**

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Junho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 421 DE 10 DE JUNHO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO	VALOR
8-Saneamento 01-Água e Esgoto 1751200341.026000- Ampliação da rede de água 4.4.90.51.00.0000 - Obras e Instalações	**R$ 40.000,00**

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão anulados parcialmente recursos da dotação orçamentária conforme disposto no artigo 7º, combinado com os artigos 42 e 43,§1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	VALOR
8-Saneamento 01-Água e Esgoto 1751200341.028000- Construção de Caixa D'água Elevatória 4.4.90.51.00.0000 - Obras e Instalações	**R$ 40.000,00**

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de Junho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 422 DE 10 DE JUNHO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar nas importâncias abaixo discriminadas, as seguintes verbas:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 02-Limpeza Pública 1545200312.033000- Manutenção das Atividades de Limpeza 4.4.90.52.00.0000 - Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de uma vagão coletor de lixo.	**R$ 24.000,00**

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 02-Limpeza Pública 1545200312.033000- Manutenção das Atividades de Limpeza 4.4.90.52.00.0000 - Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de um caminhão.	**R$ 50.000,00**

Artigo 2° - Para as suplementações dos referidos créditos serão utilizados recursos provenientes dos excessos de arrecadação, conforme o disposto no Artigo 7°, combinado com os Artigos 42 e 43,§1°, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, recursos esses advindos dos Convênios com a Caixa Econômica Federal, contratos de repasse n°s 120664-57/2001 e 131334-86/2001.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,10 de Junho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 423 DE 21 DE JUNHO DE 2002.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo, a seguinte Lei:

Artigo 1º- Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, o Município da Estância Turística de Holambra, poderá contratar pessoal por tempo determinado atendido os prazos e condições estabelecidos nesta lei.

Artigo 2º- Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I. assistência a situações de calamidade pública;
II. combate a surtos edêmicos;
III. manutenção de serviços essenciais de saúde, educação e saneamento básico como: água, esgoto e limpeza pública;
IV. manutenção de serviços de fiscalização e arrecadação de tributos, escrituração contábil, controle urbanístico, e encargos temporários de obras e serviços de engenharia;
V. manutenção e atendimento de convênios públicos, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços durante o período de vigência do convênio, acordo ou ajuste;
VI. admissão de professor substituto e professor visitante;
VII. substituição de servidor em período de licença, férias, afastamento temporário ou vacância de cargo até ocupação por concurso público;
VIII. realização de recenseamentos.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 3°- O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo sumário e simplificado com publicação em jornal local.

§1°- A contratação de pessoal nos termos do inciso VI, poderá ser efetivado mediante análise do curriculum vitae, que comprove a capacidade técnica ou científica do profissional.

§2°- A contratação para atender necessidade decorrente de calamidade pública dispensa o processo seletivo, e será instituída mediante decreto.

Artigo 4°- As contratações com base nesta Lei, serão efetivadas na forma prevista nos artigos 443, 445 e 451 da Consolidação das Leis do Trabalho, dependerão da existência de recursos orçamentários e terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante ato fundamentado do representante do respectivo Poder, não podendo ultrapassar seu prazo final a 24 (vinte e quatro)meses.

Parágrafo Único - Os contratos celebrados no exercício de 2001 que estiverem ainda em sua vigência poderão ser prorrogados até o prazo estipulado no "caput" deste artigo, atendido o disposto no artigo 2° desta lei.

Artigo 5°- Ressalvado os casos de contratação com base no inciso I do artigo 2° desta lei, a remuneração do pessoal contratado no regime instituído por esta Lei, não poderá ser superior aos vencimentos previstos para os servidores enquadrados no Quadro Único de Pessoal fixo, conforme Lei Complementar n.° 001/93 e suas alterações, que desempenhem função semelhante, ou, não existindo igualdade, às condições estabelecidas no mercado de trabalho.

Artigo 6°- É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiarias e controladas, ressalvado os casos previstos no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a" a "c".

Artigo 7°- Ao pessoal contratado nos termos desta lei, aplica-se o disposto da Lei Federal 8.647 de 13 abril de 1993.

Artigo 8° - O pessoal contratado na forma desta lei, enquanto perdurar o contrato, não poderá:

I. receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
II. ser nomeado ou designado, ainda que a título precário, ou em substituição, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
III. ser novamente contratado nos termos desta lei, durante seis meses subsequentes ao término do presente contrato.

Artigo 9°- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei, serão apuradas mediante processo simplificado de sindicância, concluídas no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

Parágrafo Único - Confirmada a falta grave, o contrato será rescindido sem qualquer direito a indenização pelo contratado.

Artigo 10 - O contrato firmado de acordo com esta lei, extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I. pelo término do prazo contratual;
II. pela apuração de falta grave;
III. pela inassiduidade e ineficiência do contratado;

Artigo 11 - Em caso de rescisão imotivada o contratante fica obrigado a pagar ao empregado a título de indenização o correspondente a metade da remuneração a que teria direito até o término do contrato.

Artigo 12 - O contratado não poderá se desligar do contrato sem justo motivo, sob pena de ser obrigado a indenizar o contratante em indenização correspondente ao previsto ao artigo anterior.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 13 - Os servidores contratados na forma desta Lei e que lograrem aprovação em concurso público, terão seus contratos rescindidos sem direito a indenização, caso venham a ser convocados e nomeados para o provimento do cargo.

Artigo 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15 - Ficam revogadas na sua totalidade as leis municipais de n.º 045/93 de 28 de junho de 1993 e 082/94 de 11 de fevereiro de 1994.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de junho de 2002.

GELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambr

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-13
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 424 DE 26 DE JUNHO DE 2002

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei orçamentária para o exercício financeiro de 2003 e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2003, orienta a elaboração da respectiva Lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
II - municipalização integral do ensino fundamental, da primeira à oitava série;
III - dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;
IV - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
V - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;
VI - assistência à criança e ao adolescente;
VII - melhoria da infra-estrutura urbana;
VIII - oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde (SUS);
IX - austeridade na gestão dos recursos públicos;
X - princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.
XI - desenvolver a infra-estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade.
XII - atender objetos contidos na Legislação que criou a Autarquia Municipal - FUNBEHOL.

Art. 3º. A Câmara Municipal deverá enviar sua proposta Orçamentária ao Executivo até trinta (30) dias úteis antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo.

Fl. Nº 057/2002

Processo 043/2002

Parágrafo único - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal até sessenta (60) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2003, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 4º. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, no artigo 165, §§ 5.º, 6.º; 7.º e 8.º, na Constituição Federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como, na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A Lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da seguridade social;

III - o orçamento fiscal da Autarquia Municipal - FUNBEHOL - Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos de Holambra.

Art. 5º. A proposta orçamentária para o ano 2003, conterá as metas e prioridades estabelecidas no anexo que integra esta Lei e ainda as seguintes disposições:

I - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;

II - na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2002, observando a tendência de inflação projetada;

IV - somente poderá incluir novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento constante do relatório de projetos anexo a esta Lei, bem como após contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público;

V - não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital, excluídas as por antecipação da receita orçamentária;

VI - os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na Lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 6º. Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, por decreto e ato da mesa, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Parágrafo Único - A limitação de que trata este artigo será determinada por unidades orçamentárias e terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação.

Fl. Nº 058/2002

Processo 04 3/2002

Art. 7º. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. - As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º. - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 8º. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, especialmente ao que dispõe seu art. 14, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de débitos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de Lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III - o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente.

Parágrafo único - As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 10. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual apurado sobre a receita corrente líquida do exercício anterior, acrescido de até 10% (dez por cento), em termos percentuais.

§ 1º - O limite de que trata este artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "*caput*" deste artigo;

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

Fl. Nº 059/2002

Processo 043/2002

a)da arrecadação de contribuições dos segurados;
b)da compensação financeira de que trata o § 9º. do art. 201 da Constituição Federal.

V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

Art. 11. No exercício de 2003 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo anterior desta Lei, exceto no caso das convocações extraordinárias da Câmara Municipal, somente poderá ocorrer quanto destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade devidamente comprovado.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviços extraordinário, no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal

Art. 12. No exercício de 2003 o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas custeados com recursos orçamentários ficarão a cargo de comissões instituídas no âmbito de cada Poder.

§ 1º. - As comissões encaminharão relatórios ao responsável pelo controle interno e ao Chefe do respectivo Poder até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre civil, apontando os custos apurados e a avaliação dos resultados, tudo ao menos por projeto e atividade.

§ 2º. - Os relatórios serão divulgados por afixação e permanecerão disponíveis para exame de qualquer cidadão.

Art. 13. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 1993, alterada pela Lei n.º 9.648 de 1998.

Art. 14. O Poder Executivo poderá até 31 de outubro de 2002 submeter ao Legislativo projetos de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o Interesse público e a justiça fiscal;

III - revisão das taxas, tarifas e preços públicos objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de policia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Fl. Nº 060/2002

Processo 043/2002

Art. 15. A Lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 15. A Lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo código 99999999 em montante equivalente que compreenda dois por cento (2%) da receita corrente líquida.

§ 2º - Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2003 para os fins de que trata o ***caput*** deste artigo, poderá constituir-se em recurso para abertura de outros créditos adicionais.

Art. 16. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I. – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II. - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV. – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

V. – contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 17. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se as disposições contidas na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 18. A concessão de subvenções sociais e auxílios a instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação dependerá de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos a disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação.

Art. 19. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

I - caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - se houver expressa autorização em Lei especifica, detalhando o seu objeto;

III - sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 20. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que possibilitem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Fl. Nº 061/2002

Processo 043/2002

Art. 21. Acompanha esta Lei, relatório contendo os projetos em andamento, inclusive aqueles que avançarão para o próximo exercício, em atendimento ao parágrafo único do artigo 45 da L.C.101/00.

Art. 22. Caso o projeto de Lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2.º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de junho de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Fl. Nº 061/2002

Processo 043/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – Exercício de 2003

Código/ Programa	Programas	Prioridades e Metas
010	Processo Legislativo	Realizar as sessões necessárias e fiscalizar a ação governamental. Aquisição de equipamentos e material permanente. Construção de prédio para abrigar a Câmara Municipal em instalações adequadas.
021	Defesa do Consumidor	Manter as Unidades de Fiscalização nas questões de consumo.
041	Planejamento Governamental	Formalização e acompanhamento dos convênios. Formalizar os planos de ação governamental e o orçamento anual. Implantar sistema informatizado nas diversas unidades administrativas. Promover a capacitação profissional dos servidores municipais. Desenvolver indicadores de custo e de avaliação de resultados dos programas.
045	Gestão Político Administrativa	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito e das assessorias. Aquisição de equipamentos e material permanente para o gabinete.
046	Suporte Administrativo	Reformar prédio do Paço Municipal. Aquisição de equipamentos e mobiliários para a

Lei nº 062/2002

Processo 043/2002

		Administração. Construção de Almoxarifado, adequado para armazenamento de produtos devidamente informatizado.
047	Organização e modernidade Administrativa	Modernização dos Departamentos do Executivo e Legislativo objetivando eficácia dos programas de trabalho. Aquisição de terreno para construção de Paço Municipal. Construção do novo Paço Municipal com instalações adequadas aos serviços prestados à coletividade Holambrense. Criar a Defesa Civil. Criar convênio com o Estado para implantação do Banco do Povo. Manutenção do Posto do INSS em convênio com o Ministério. Construção de Prédio para abrigar a Polícia Militar (Convênio com o Estado). Construção de Prédio para abrigar a Polícia Civil (convênio com o Estado).
056	Gestão Financeira	Manter as unidades de administração fazendária.
060	Operação de Controle Interno	Manter as unidades de contabilidade pessoal, almoxarifado e patrimônio, integrados na transparência do Controle Interno.
061	Controle de custos e avaliação de resultados	Aprimorar o sistema de custos nos departamentos dando ênfase às obras realizadas.
070	Fiscalização e Controle de uso do Solo	Fiscalizar e aplicar a Legislação Vigente.
078	Treinamento de Pessoal	Formação e treinamento de

Fl. Nº 062/2002

Processo 043/2002

		pessoal para melhor atender a comunidade e criação de cursos profissionalizantes o que certamente dará à comunidade novas oportunidades de mercado de trabalho.
081	Vigilância diurna e noturna do patrimônio público	Construção de Guaritas de segurança nas entradas da cidade. Aquisição de equipamentos e veículos para aprimoramento dos serviços da guarda municipal. Criação de Guarda Municipal Ambiental. Manter convênio com as Polícias Militar e Civil.
085	Integração Social do Idoso	Promover cursos de qualificação para a terceira idade. Ampliação e reforma do prédio do clube da terceira idade. Construção do Centro Social do Idoso.
090	Integração Social do Deficiente Físico	Aquisição de terreno para construção da Oficina Abrigada. Construção e Aquisição de Materiais Permanentes para Oficina Abrigada. Promover cursos de qualificação profissional. Manter as atividades do Projeto Oficina abrigada. Criar e manter o Projeto Sorrir.
100	Atividades do Conselho Tutelar	Disponibilizar recursos financeiros para as despesas do Conselho.
105	Atividades do Fundo Social de Solidariedade	Aquisição de terreno para a construção da sede do Fundo Social de Solidariedade. Construção e aquisição de

Fl. Nº 063/2002

Processo 043/2002

		equipamentos permanentes para o Fundo Social de Solidariedade. Disponibilizar recursos financeiros para a manutenção do Fundo Social de Solidariedade e suas atividades Assistir a comunidade carente. Atender necessidades dos aposentados e comunidade carente. Atender aos programas da Assistência Social e Educação (Auxílio Gás, Complementando Renda e Bolsa Escola)
110	Contribuição Patronal da Previdência Social e INSS.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições sociais.
111	Contribuição patronal regime estatutário	Atender a legislação vigente no que tange ao funcionário estatutário.
120	Atendimento Integral à Saúde	Manter as unidades básicas de saúde, dando atendimento à clientela necessitada de tratamento na Saúde, PSF – Programa de Saúde da Família, Programa Dose Certa, Programa Saúde Mental, Programa de Saúde da Criança, Programa de Saúde do Idoso, Campanhas de Vacinação, Oftalmo, Prevenção de Câncer no Colo Uterino e Programa da saúde da mulher. Construção de Posto de Saúde nas Zonas Rural e Urbana do Município. Manutenção, melhoria, ampliação e aquisição de equipamentos para a

Fl. Nº 064/2002
Processo 043/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

		Policlínica Municipal. Construção, equipamentos, manutenção e contratação de pessoal para Laboratório de Análises Clínicas Municipal. Realização de ações, campanhas e controle para erradicação de epidemias. Aquisição de veículos, equipamentos e aparelhos necessários para exames de laparoscopia, ultrassonografia e reposição de outros equipamentos hospitalares. Reformar e ampliar as instalações das unidades de saúde e centro de reabilitação. Criação de farmácia específica de medicamentos genéricos. Plano de Saneamento Básico. Plano imunobiológico (vacinas e soros). Realização de Convênios com Hospitais, para atendimento de nossos Munícipes. Participar de Consórcio Regional de Saúde.
121	Atendimento Odontológico	Atendimento preventivo ao cidadão com projetos voltados à saúde bucal – Projeto Sorriso e Saber. Construção de Centro Odontológico. Aquisição de equipamentos e manutenção de Centro Odontológico.
135	Programas desenvolvidos pela SUCEM	Combate a epidemias, combate a dengue e doenças transmissíveis.
140	Combate à desnutrição Infantil	Humanização do parto e

Fl. Nº 065/2002
Processo 043/2002

		atendimento à mãe e acompanhamento da criança para não ficarem desnutridas.
142	Merenda Escolar	Fornecimento de merenda escolar aos alunos do ensino infantil e fundamental. Aquisição de equipamentos de copa e cozinha. Construção de depósito para recepção, armazenamento e distribuição da Merenda Escolar. Construção e Equipamentos de Cozinha Piloto, para elaboração da Merenda Escolar.
150	Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série	Construção , reforma e Manutenção de escolas. Adquirir equipamentos e material permanente de uso escolar. Realizar cursos de qualificação para professores da rede municipal. Construção e cobertura de quadras poliesportivas nas escolas da cidade. Atender ao Programa de Bolsa Escola
156	Transporte e Estudo Universitário	Dar condições financeiras ao Estudante Universitário residente em Holambra, para acesso e deslocamento às universidades.
160	Assistência Integral à Criança de 0 a 6 anos	Manutenção de creches e pré-escolas. Construção de escolas de ensino infantil e reforma das unidades existentes. Aquisição de veículos e material permanente de uso escolar. Construção, reformas e ampliação de creches na zona urbana e rural da

Fl. Nº 065/2002

Processo 043/2002

		cidade.
165	Alfabetização de Adultos	Preparar o adulto para competitividade na demanda do trabalho. Criação de cursos profissionalizantes e bolsas de estudos.
170	Promoção de eventos culturais	Promoção de eventos culturais, esportivos e de lazer. Incentivar realização da Expoflora, Hortitec, Enflor e fomentar a comunidade e principalmente o Departamento de Cultura a desenvolver eventos voltados pessoas de várias idades e classes sociais de Holambra. Manutenção de atividades culturais, grupos de danças, corais e feiras de artesanato.
171	Atividades da Biblioteca Municipal	Dotar a biblioteca pública municipal de mais livros e obras voltadas ao ensino e formação cultural do cidadão. Aquisição de equipamentos de informática e implantação de acesso à *Internet* para melhor atender a clientela estudantil e a comunidade. Construção de prédio para biblioteca pública municipal.
172	Organização do Arquivo Histórico do Município	Criar o arquivo histórico com a história de Holambra, primeiros colonizadores e desenvolvimento da cidade, principalmente dar ao Jovem Holambrense consciência da sua história. Construção de Prédio para abrigar o Museu Histórico da cidade. Aquisição de equipamentos e manutenção do Museu Histórico de Holambra.

Fl. Nº 066/2002

Processo 043/2002

180	Obras e equipamentos urbanos	Dotar o departamento técnico de obras de equipamentos básicos para o desenvolvimento da cidade e realização de obras voltadas aos projetos sociais. Infra-estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade, por tratar-se de Estância Turística. Obras de Guias e Sarjetas, Galerias e pavimentação na área urbana e de expansão urbana da cidade. Obras de pavimentação asfáltica nas vias públicas localizadas no bairro Vila Nova. Construção de praças nas áreas da zona urbana e rural do município. Obras de terraplanagem, arborização e ajardinamento nas áreas verdes situadas na Zona Urbana e Rural do Município, além das margens da Rod. SP 107 no trecho entre as divisas do Município. Colocação de placas indicativas de sinalização de trânsito nas Ruas e Avenidas, como também nas estradas da cidade, seguindo padronização com visual em destaque. Colocação de placas de identificação de vias e logradouros no Município. Execução de obras de calçamento em prédios próprios da municipalidade, e em Imóveis onde o Proprietário não cumpriu a Lei Municipal 081/94.

Fl. Nº 067/2002

Processo 043/2002

		Iluminação Pública nas ruas, praças, áreas verdes e Avenidas, assim como nas estradas que necessitem este melhoramento. Aquisição de área para implantação do centro de Lazer do trabalhador do Bairro Palmeiras. Implantação de ciclovias nas ruas, avenidas e estradas de nossa cidade. Remodelação do trevo da Av. Rota dos Imigrantes com a Rod. SP 107. Termino da Construção do anel viário. Construção de Parque ecológico. Construção dos Portais de entrada ao Município, com local para Guarda Municipal e Rádio Base.
181	Serviço de utilidade pública	Promover os serviços essências voltados ao bem estar do cidadão, destinando o lixo domiciliar em aterro sanitário, limpeza da cidade e recolhimento de entulhos. Aquisição de área e realização de obras para ampliação do aterro sanitário. Aquisição e Instalação de Equipamentos para incineração do Lixo Hospitalar. Manutenção da coleta, tratamento e disposição final do lixo Hospitalar com empresa especializada, devidamente autorizada pela Cetesb. Manutenção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para central de

Fl. Nº 068/2002

Processo 013/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

		Embalagens de Agrotóxicos. Implantação de radares eletrônicos, para controle de velocidade em ruas, avenidas, estradas e rodovias em perímetro urbano, protegendo o cidadão. Construção de Terminal Rodoviário Coberto. Implantação de abrigos padronizados nos Pontos de ônibus de linhas Municipais e Intermunicipais. Construção do Velório Municipal.
190	**Políticas habitacionais a população carente**	Aquisição de áreas para construção de casas populares inclusive através de convênios com o Estado, protegendo a Família de Baixa Renda. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamento Popular de Lotes Urbanizados.
200	Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto	Perfuração de poços profundos (poços artesianos). Construção de depósitos e caixas elevatórias de água. Implantação, e ampliação de rede de distribuição de água. Conclusão e ampliação da E.T.A. (Estação de Tratamento de Água). Saneamento básico em pequenas localidades. Ampliação da E.T.E. (Estação de Tratamento de Esgoto) da Cachoeira. Construção de E.T.E.s nos bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul.

Fl. Nº 069/2002

Processo 043/2002

		Implantação e ampliação de rede coletora de esgotos.
202	Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	Participar de Consórcio Inter-Municipal. Realizar a coleta de lixo em 100% da zona urbana. Realizar coleta de lixo na zona rural. Implantar Coleta Seletiva de Lixo. Realizar a coleta de lixo em 100% (cem por cento) dos imóveis urbanos. Adquirir equipamentos para a coleta de lixo domiciliar. Instalação de uma Usina de Reciclagem de Lixo, com implantação de processo seletivo dos materiais coletados.
203	Defesa Contra Inundações	Obras para contenção de enchentes nos Bairros Chácaras Camanducaia, Chácaras Santo Antônio e Chácaras de Recreio Danúbio Azul. Combate a erosões e proteção aos mananciais existentes.
204	Preservação e controle ambiental	Recuperação das matas ciliares para proteção dos recursos hídricos. Instituição de áreas de Proteção Ambiental (APA'S) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIES'S). Criação da Coordenadoria Municipal de Meio ambiente. Obras de despoluição em córregos e represas da cidade, afetados pelo lançamento de esgotos. Realizar estudos Hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento

Lei Nº 070/2002

Processo 043/2002

		de água. Criação do CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Código Municipal do Meio Ambiente; Fundo Municipal do Meio Ambiente.
210	Assistência técnica agrícola	Integrar a associação de desenvolvimento rural, integrado e sustentado das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, em convênio com o Governo Federal no Projeto Banco da Terra. Assistir o pequeno agricultor com tecnologia, equipamentos modernos objetivando melhor produtividade. Aquisição de áreas e obras de infra-estrutura para implantação de loteamentos na Zona Rural do Município, denominados AGRO-VILAS, objetivando manutenção do Homem no Campo . Construção e implantação de Viveiro de Mudas Municipal para dar apoio ao pequeno agricultor. Manutenção e aquisição de equipamentos para a Patrulha agrícola com o objetivo de atender o pequeno agricultor e incentivá-lo à educação e aprimoramento contínuo, participando de palestras e cursos, dando apoio técnico aos participantes.
231	Desenvolvimento Industrial	Aquisição de área para implantação de Distrito Industrial, o que incentivará e fomentará a instalação de empresas em Holambra não

Fl. Nº 071/2002
Processo 043/2002

		poluentes.
260	Construção, Melhoria e Conservação de Estradas	Manter em estado de conservação 100% (cem por cento) das estradas vicinais. Adquirir equipamentos para manutenção e conservação das estradas vicinais . Manutenção, cascalhamento, terraplanagem, obras de galeria e pavimentação das estradas Vicinais.
270	Infra-estrutura esportiva	Dar condições financeiras as equipes esportivas de Holambra, para deslocamento em disputa de jogos fora do Município e participação de campeonatos.
285	Atividades recreativas	Construção de centros de lazer nos bairros da zona urbana e rural do Município. Construção de centros comunitários nos bairros da zona urbana e rural do Município. Promoção de eventos Esportivos e de Lazer.
295	Amortização de Operações de Crédito	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de dívida junto ao INSS e ao Fundo Municipal de Previdência.
296	Precatórios Judiciais	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de precatórios judiciais.
297	Juros e Encargos Financeiros	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de juros e correção da dívida consolidada.
300	Apoio às Instituições Assistenciais e Filantrópicas	Disponibilizar recursos financeiros para a concessão de subvenções sociais às entidades assistenciais e filantrópicas, que vier a regularizar e construir no

Nº 072/2002

Processo 043/2002

		período.
302	Transferências ao Pasep	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento das contribuições ao Pasep.
303	Transferências ao Fundef	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento das deduções destinadas do Fundef.
304	Custeio da Previdência	Disponibilizar recursos financeiros para o pagamento de aposentados e pensionistas na forma da lei e Constituição Federal Criação de Autarquia Municipal Previdenciária que dará sustentação ao Fundo de Previdência ao funcionário e à Administração Municipal.

Fl. Nº 073/2002

Processo 043/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO
Parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar 101/00.
Artigo 21 da L.D.O.

Identificação	Cronograma Físico-Financeiro			Detalhes do Projeto
	Data Início	Data Término	Valor pactuado R$	
Construção creche Palmeiras.	27/12/99	15/12/02	69.018,45	Construção de creche para atendimento do bairro Palmeiras.
Revegetação	30/07/99	30/10/02	68.881,89	Programa de revegetação de mata ciliar nos mananciais – Córrego Borda da Mata – COFEHIDRO
Reforma Escola Jardim Flamboyant	03/02/02	10/05/02	145.759,41	Reforma da Escola Jardim Flamboyant.

Fl. Nº 074/2002
Processo 043/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 425 DE 10 DE JULHO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, OBJETIVANDO O RECEBIMENTO, EM DOAÇÃO, DE BENS E OBRAS NECESSÁRIAS A SUA RESPECTIVA INSTALAÇÃO , REFERENTES A PROGRAMAS LIGADOS À AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo, a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a assinar Termos de Convênios e seus respectivos Aditamentos, com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, visando o recebimento, em doação, de bens e obras necessárias para sua respectiva instalação, referentes a Programa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 2º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas através de Decreto Executivo, se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana Radtke Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 426 DE 10 DE JULHO DE 2002.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO - FECOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estancia Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo , a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros não reembolsáveis oriundos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, e ainda,

§ 1º- A assinar com o Banco Nossa Caixa S/A, com interveniência do Estado de São Paulo, por meio da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento ambiental, na qualidade de Agente Técnico, o Instrumento de Liberação de Crédito não reembolsável ao amparo de recursos do FECOP- Fundo Estadual de Preservação e Controle de Poluição, previstos no "caput" deste artigo, cumprindo as cláusulas e condições nele previstos.

§ 2º- A abrir Crédito Adicional Especial para fazer jus às despesas destinadas à aquisição de veículos, equipamentos e execução de obras de infra-estrutura , em observância ao artigo 10 do Decreto Estadual nº 46.842, de 19 de Junho de 2002.

Artigo 2º - A cobertura do crédito autorizado no §2ºserá efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

Artigo 3º - A transferência, objeto do artigo 1º, destina-se à aquisição de 01 (uma) Máquina Retro-Escavadeira.

Fl. Nº 014/2002

Processo 065 /2002

Artigo 4° - Os encargos que a Prefeitura vier assumir no referido convênio corresponderão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de julho de 2002.

CELSO GAIATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana Radtke Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Fl. Nº 015/2002

Processo 065/2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 427 DE 10 DE JULHO DE 2002.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO - FECOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estancia Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo , a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros não reembolsáveis oriundos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, e ainda,

§ 1º- A assinar com o Banco Nossa Caixa S/A, com interveniência do Estado de São Paulo, por meio da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento ambiental, na qualidade de Agente Técnico, o Instrumento de Liberação de Crédito não reembolsável ao amparo de recursos do FECOP- Fundo Estadual de Preservação e Controle de Poluição, previstos no "caput" deste artigo, cumprindo as cláusulas e condições nele previstos.

§ 2º- A abrir Crédito Adicional Especial para fazer jus às despesas destinadas à aquisição de veículos, equipamentos e execução de obras de infra-estrutura , em observância ao artigo 10 do Decreto Estadual nº 46.842, de 19 de Junho de 2002.

Artigo 2º - A cobertura do crédito autorizado no §2ºserá efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

Artigo 3º - A transferência, objeto do artigo 1º, destina-se à aquisição de 01 (um) Caminhão para coleta de lixo.

Artigo 4° - Os encargos que a Prefeitura vier assumir no referido convênio corresponderão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,10 de Julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana Radtke Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 428 DE 25 DE JULHO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
8-Educação 08- Educação Física e Desporto 2781200251.013000- Construção, Reforma e Ampliação de Conjuntos Poliesportivos 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de campo oficial de futebol, campo de areia, drenagem, alambrados, equipamentos esportivos, bancos, lixeiras, postes de iluminação, play-ground, vegetação.	R$ 73.590,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de canteiro central, iluminação, guias, calçadas, pavimentação, paisagismo na Rota dos Imigrantes	R$ 61.648,90

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Reurbanização da "Nossa Prainha", desassoreamento; passeios; acessos; lixeiras; mesas; bancos; luminárias; play-ground; pier; vegetação.	R$ 76.016,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Obras nas praças dos Ipês (R$19.911,00), Rosas (R$21.521,04), Palmas (R$9.493,70), Lírios (R$13.750,60), Gerberas (R$19.141,26), Vitoria Regia (R$44.614,40)	R$ 128.432,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.018000- Pavimentação de vias públicas 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Pavimentação da Estrada Vicinal Holambra à Mogi Mirim, da SP 107 até a HBR 210 Bairro Palmeiras (com 7,24km de extensão)	R$ 880.000,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão anulados parcialmente recursos da dotação orçamentária , conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 428 DE 25 DE JULHO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
8-Educação 08- Educação Física e Desporto 2781200251.013000- Construção, Reforma e Ampliação de Conjuntos Poliesportivos 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de campo oficial de futebol, campo de areia, drenagem, alambrados, equipamentos esportivos, bancos, lixeiras, postes de iluminação, play-ground, vegetação.	R$ 73.590,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de canteiro central, iluminação, guias, calçadas, pavimentação, paisagismo na Rota dos Imigrantes	R$ 61.648,90

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Reurbanização da "Nossa Prainha", desassoreamento; passeios; acessos; lixeiras; mesas; bancos; luminárias; play-ground; pier; vegetação.	R$ 76.016,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.022000- Construção, Reforma e Ampliação de Parques e Jardins 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Obras nas praças dos Ipês (R$19.911,00), Rosas (R$21.521,04), Palmas (R$9.493,70), Lírios (R$13.750,60), Gerberas (R$19.141,26), Vitoria Regia (R$44.614,40)	R$ 128.432,00

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7-Obras e Serviços Urbanos 01- Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.018000- Pavimentação de vias públicas 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Pavimentação da Estrada Vicinal Holambra à Mogi Mirim, da SP 107 até a HBR 210 Bairro Palmeiras (com 7,24km de extensão)	R$ 880.000,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão anulados parcialmente recursos da dotação orçamentária , conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 429 DE 25 DE JULHO DE 2002.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD da Estância Turística de Holambra que integrando-se ao esforço nacional de combate de drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

§1º - Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supra mencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§2º - O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, de que trata o Decreto Federal 3.696 de 21 de dezembro de 2000.

§3º- Para fins desta Lei, considera-se:

I- redução da demanda como conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes de uso indevido de drogas.

II- Droga como toda substância natural ou produto químico que, com contato com o organismo humano, atue como depressor , estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos.

III- Drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde. Informada a Secretaria Nacional Antidrogas- SENAD e o Ministério da Justiça – MJ.

Artigo 2º - São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD da Estância Turística de Holambra:

I- instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas – PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas, compatibilizando-se com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SP, bem como acompanhar a sua execução;

II- coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso de drogas e entorpecentes;

III- estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e

IV- colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
V- estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;
VI- propor ao Prefeito Municipal medidas que visem aos objetivos previstos nos incisos anteriores;
VII- apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento à autoridade e órgãos federais, estaduais e outros municípios.

§1º- O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

§2º- Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter , a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e o Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEM, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Artigo 3º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD da Estância Turística de Holambra será integrado pelos seguintes membros, designados pelo Prefeito Municipal:
I- Quatro (4) representantes da Prefeitura Municipal, sendo um (1) do órgão jurídico, um (1) do órgão de promoção social, um (1) do órgão de educação e um (1) do órgão de saúde;
II- Dois (2) representantes da sociedade civil, de livre escolha do Prefeito Municipal, sempre observada a conduta social de cada um, sendo de preferência com vínculos na comunidade, atuantes na área médica, no desporto, no Conselho Tutelar, nas Instituições Religiosas ou membros de Organizações Não-Governamentais de prestações de serviços sociais;
III- A convite do Prefeito Municipal:
a) o Delegado de Polícia;
b) o Comandante da Polícia Militar do Município;
c) a Diretora de Educação do Município;
d) o Comandante da Guarda Municipal;
e) o Presidente do CONSEG Municipal;
f) um representante do Conselho Tutelar do Município.

§1º- O número de representantes da sociedade civil descrito no inciso II que farão parte do Conselho Municipal Antidrogas será definido pelo Prefeito Municipal observadas as necessidades e o contingente populacional de cada cidade.

§2º- Os membros do Conselho, cujas nomeações serão publicadas em Jornal de circulação no Município, e terão mandato de um (1) ano, permitidas a sua recondução.

Artigo 4º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será assim organizado:
I- Plenário;
II- Presidência;
III- Secretaria Executiva e
IV- Comitê REMAD

§1º- O Presidente do COMAD será designado, dentre seus membros efetivos, a livre arbítrio do Prefeito Municipal.

§2º- A organização e composição dos demais órgãos executivos do COMAD será regulamentada pelo respectivo Regimento Interno.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas.

§1º- O COMAD deverá providenciar a imediata instituição do REMAD – Recursos Municipais Antidrogas; fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas do PROMAD.

§2º- O REMAD será gerido pelo Órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário.

§3º- O detalhamento da constituição e gestão do REMAD, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

Artigo 6º-As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Artigo 7º- O Presidente do Conselho, mediante indicação ao Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração Pública para a implantação e funcionamento do Conselho.

Artigo 8º- Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

Artigo 9º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, providenciará, em sua primeira reunião, a elaboração do seu Regimento Interno, a ser submetido a apreciação e aprovação da autoridade competente.

Artigo 10- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, providenciará as informações relativas à sua criação à SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistema Nacional e Estadual Antidrogas.

Artigo 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 12 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis de nºs 134/94 e 159/95.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 429 DE 25 DE JULHO DE 2002.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD da Estância Turística de Holambra que integrando-se ao esforço nacional de combate de drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

§1º - Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supra mencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

§2º - O COMAD, como coordenador das atividades mencionadas no parágrafo anterior, deverá integrar-se ao Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, de que trata o Decreto Federal 3.696 de 21 de dezembro de 2000.

§3º- Para fins desta Lei, considera-se:

I- redução da demanda como conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes de uso indevido de drogas.

II- Droga como toda substância natural ou produto químico que, com contato com o organismo humano, atue como depressor , estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos.

III- Drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde. Informada a Secretaria Nacional Antidrogas- SENAD e o Ministério da Justiça – MJ.

Artigo 2º - São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD da Estância Turística de Holambra:

I- instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas – PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas, compatibilizando-se com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SP, bem como acompanhar a sua execução;

II- coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso de drogas e entorpecentes;

III- estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;

IV- colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;
V- estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;
VI- propor ao Prefeito Municipal medidas que visem aos objetivos previstos nos incisos anteriores;
VII- apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento à autoridade e órgãos federais, estaduais e outros municípios.

§1º- O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

§2º- Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter , a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e o Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEM, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Artigo 3º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD da Estância Turística de Holambra será integrado pelos seguintes membros, designados pelo Prefeito Municipal:
I- Quatro (4) representantes da Prefeitura Municipal, sendo um (1) do órgão jurídico, um (1) do órgão de promoção social, um (1) do órgão de educação e um (1) do órgão de saúde;
II- Dois (2) representantes da sociedade civil, de livre escolha do Prefeito Municipal, sempre observada a conduta social de cada um, sendo de preferência com vínculos na comunidade, atuantes na área médica, no desporto, no Conselho Tutelar, nas Instituições Religiosas ou membros de Organizações Não-Governamentais de prestações de serviços sociais;
III- A convite do Prefeito Municipal:
a) o Delegado de Polícia;
b) o Comandante da Polícia Militar do Município;
c) a Diretora de Educação do Município;
d) o Comandante da Guarda Municipal;
e) o Presidente do CONSEG Municipal;
f) um representante do Conselho Tutelar do Município.

§1º- O número de representantes da sociedade civil descrito no inciso II que farão parte do Conselho Municipal Antidrogas será definido pelo Prefeito Municipal observadas as necessidades e o contingente populacional de cada cidade.

§2º- Os membros do Conselho, cujas nomeações serão publicadas em Jornal de circulação no Município, e terão mandato de um (1) ano, permitidas a sua recondução.

Artigo 4º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD será assim organizado:
I- Plenário;
II- Presidência;
III- Secretaria Executiva e
IV- Comitê REMAD

§1º- O Presidente do COMAD será designado, dentre seus membros efetivos, a livre arbítrio do Prefeito Municipal.

§2º- A organização e composição dos demais órgãos executivos do COMAD será regulamentada pelo respectivo Regimento Interno.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento do município, que poderão ser suplementadas.

§1º- O COMAD deverá providenciar a imediata instituição do REMAD – Recursos Municipais Antidrogas; fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas do PROMAD.

§2º- O REMAD será gerido pelo Órgão Fazendário Municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário.

§3º- O detalhamento da constituição e gestão do REMAD, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.

Artigo 6º-As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Artigo 7º- O Presidente do Conselho, mediante indicação ao Prefeito Municipal, poderá requisitar servidor ou servidores da Administração Pública para a implantação e funcionamento do Conselho.

Artigo 8º- Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados pelo Presidente e nomeados pelo Prefeito.

Artigo 9º- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, providenciará, em sua primeira reunião, a elaboração do seu Regimento Interno, a ser submetido a apreciação e aprovação da autoridade competente.

Artigo 10- O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, providenciará as informações relativas à sua criação à SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistema Nacional e Estadual Antidrogas.

Artigo 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 12 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis de nºs 134/94 e 159/95.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de Julho de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 430 DE 22 DE AGOSTO DE 2002.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criada no Orçamento Geral do Município a Unidade Gestora Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra, e autorizado a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais), obedecidas as classificações institucionais, funcional programática e econômica abaixo discriminadas:

12	**Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra**	
12.01	Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra	
092724020043	Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência	
3190.01.00	Aposentadorias e Reformas	R$ 29.000,00
3190.03.00	Pensões	R$ 2.000,00
3190.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	R$ 16.000,00
3190.13.00	Obrigações Patronais	R$ 2.500,00
3390.05.00	Outros Benefícios	R$ 500,00
3390.09.00	Salário Família	R$ 500,00
3390.30.00	Material de Consumo	R$ 2.000,00
3390.35.00	Serviços de Consultoria	R$ 17.000,00
3390.36.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	R$ 2.000,00
3390.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ 4.000,00
4490.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.500,00
	TOTAL	**R$ 81.000,00**

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos da anulação parcial das dotações discriminadas abaixo no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), e o restante no valor de R$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais) provenientes do excesso de arrecadação, advindos dos repasses de contribuições ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra.

02	Administração e Dependências	
02.04	Previdência Social	
0927200062.005000	Manutenção das Atividades dos Inativos e Pensionistas	
3190.01.00	Aposentadorias e Reformas	R$ 9.400,00
3190.03.00	Pensões	R$ 8.600,00
	TOTAL	**R$ 18.000,00**

Artigo 3º - O Executivo fica autorizado por decreto a estimar a receita e fixar a despesa do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra que trata esta Lei, limitado seus valores ao estabelecido nas discriminações do artigo 1º, suplementadas se necessário, após autorização legislativa.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Agosto de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana Radtke Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI 431 DE 11 DE SETEMBRO DE 2002

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 084/1994.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Artigo 1°- A entidade declarada de utilidade através da Lei Municipal nº 084/94, passou a denominar-se Associação Príncipe Bernardo.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de setembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 432 DE 12 DE SETEMBRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7- Obras e Serviços Urbanos 01-Obras e Serviços Urbanos Gerais 1545100301.018000-Pavimentação de Vias Urbanas 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Pavimentação asfáltica das ruas: Cabreuva, Cedro, Aroeira, Jacarandá, Massanduba, Protéas e Azaléias (12.408,80m²)	R$ 120.000,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 11/02 – Processo nº 21/02 (ST-DADE), conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 12 de setembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 433 DE 03 DE OUTUBRO DE 2002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR OS CONTRATOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER EXCEPCIONAL POR PRAZO QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a prorrogar os contratos de pessoal firmados nos termos da Lei nº 413 de 14 de março de 2002, por mais 180 (cento e oitenta dias) para a continuidade do Programa de Erradicação do Aedes Aegipty.

Artigo 2º - As demais disposições da Lei nº 413 de 14 de março de 2002 ficam mantidas em vigor.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 27 de setembro de 2002.

Artigo 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de Outubro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 434 DE 03 DE OUTUBRO DE 2002

ALTERA §1º DO ARTIGO 3º DA LEI 423/02 QUE DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da estância Turística de Holambra aprovou, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o §1º do artigo 3º da Lei 423/02,que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - .....

§ 1º – A contratação de pessoal nos termos dos incisos II e VI, do artigo 2º desta Lei, bem como para serviços de profissional médico, poderá ser efetivado mediante análise de "curriculum vitae" que comprove a capacidade técnica ou científica do profissional".

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 03 de outubro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi

FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º435 DE 24 DE OUTUBRO DE 2002.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 204/95 E ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS 1º A 5º.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica acrescido ao artigo 2º da Lei 204/95, os parágrafos 1º a 5º, alterando-se o parágrafo único.

" Artigo 2º (...)

§ 1º - o valor total do convênio SJDC-263.206/01 firmado com Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania é de R$ 437.000,00 (quatrocentos e trinta e sete mil reais).

§ 2º - Caberá a Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania, segundo convênio SJDC-263.206/01 o custeio parcial no montante de R$ 349.600,00 (trezentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais), correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor total do convênio referido no parágrafo anterior.

§ 3º - O valor do consórcio firmado entre os Municípios será de R$ 87.400,00 (oitenta e sete mil e quatrocentos reais).

§ 4º - Caberá ao Município de Holambra, ser onerado no valor estimado de R$ 19.665,00 (dezenove mil seiscentos e sessenta e cinco reais), correspondente a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) do valor do convênio, ficando alterado os anexos da Lei 204/95, nos valores pertinentes.

§ 5º - O valor citado no parágrafo anterior será pago em parcelas de acordo com o percentual do serviço efetuado, conforme estipulado na CLÁUSULA IX - DAS MEDIÇÕES, do Termo de Contrato de Execução de Serviços, após acompanhamento e anuência de representante do Setor de Obras do Município de Holambra".

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 24 de Outubro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 436 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2002.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 243 DE 24 DE JANEIRO DE 1997 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIOS COM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO ESPORTE E TURISMO.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o Artigo 1º da Lei Ordinária Municipal nº 243 de 24 de Janeiro de 1997, que passa a ter a seguinte redação:

" Artigo 1º.- Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, visando a execução de obras, projetos ou realização de eventos de natureza turística ou esportiva."

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de novembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 437 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
7- Saúde 01- FMS- Atenção Básica 1030100272.029000- Manutenção Atividades At. Básica 4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidade Mista de Saúde	R$ 76.771,86

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 635/02 – Processo nº 25000.009041/2002-62 (Ministério da Saúde-FNS), conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 07 de novembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal , na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 438 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM PARA OCUPAÇÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER, permissão de uso, a título preciso e um caráter excepcional para ocupação da faixa de domínio daquela autarquia estadual, no trecho da SP 031/107, compreendida entre os Kms 0 a 2,7 (denominado Rota dos Imigrantes) e 3,8 a 4,3 (denominado Alameda Maurício de Nassau), do acesso a Rodovia SP 107, dentro do perímetro urbano do Município.

Parágrafo Único – O prazo da permissão será pelo tempo que medeia o início de vigência desta lei até a consumação da passagem definitiva do trecho, conforme consta do respectivo processo administrativo.

Artigo 2º- Fica o Executivo Municipal autorizado também a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, na vigência do termo, eventuais áreas que forem desapropriadas pelo município para melhoria do trecho objeto da permissão de uso.

Artigo 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 439 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2002

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a firmar contrato de locação do imóvel sito a Rua Centaureas, nº 53, Bairro Morada das Flores, Holambra, com fim específico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município, nos termos do Termo de Convênio constante do Anexo Único desta Lei.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 (doze) meses , prorrogável por igual período sendo o valor de R$ 900,00 (Novecentos reais) mensais, corrigidos anualmente pelo IGPM, Índice Geral de Preços do Mercado ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º -Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de novembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 440 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programa na Área da Educação.

Artigo 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial a Lei nº 239 de 30 de dezembro de 1996.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Novembro de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 441 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
5- Educação 08- Educação Física e Desporto 2781200251.013000- Construção, Reforma e Ampliação de Conjuntos Poliesportivos 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de 02 piscinas, casa de máquinas, instalações elétricas e hidráulicas, equipamentos, pisos, iluminação, quiosques, mesas, floreiras, lixeiras e paisagismo	R$ 117.969,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 55/01 – Processo nº 511/01 (SCTDET-DADE), conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais à data de 07 de novembro de 2002.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Novembro de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PROJETO DE LEI Nº 441 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar um crédito adicional na importância abaixo discriminada:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
5- Educação 08- Educação Física e Desporto 2781200251.013000- Construção, Reforma e Ampliação de Conjuntos Poliesportivos 4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações	Construção de 02 piscinas, casa de máquinas, instalações elétricas e hidráulicas, equipamentos, pisos, iluminação, quiosques, mesas, floreiras, lixeiras e paisagismo	R$ 117.969,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Convênio nº 55/01 – Processo nº 511/01 (SCTDET-DADE), conforme o disposto no Artigo 7º, combinado com os Artigos 42 e 43,§1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais à data de 07 de novembro de 2002.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Novembro de 2002

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI N.º 442 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA PARA O EXERCÍCIO DE 2.003.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício financeiro de 2.003, estima a receita e fixa a despesa em R$ 14.888.000,00 (quatorze milhões ,oitocentos e oitenta e oito mil reais) .

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	**13.432.500,00**
Receita Tributária	2.482.500,00
Receita de Contribuições	1.000,00
Receita Patrimonial	55.000,00
Receita de Serviços	322.000,00
Transferências Correntes	10.031.000,00
Outras Receitas Correntes	541.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**1.470.000,00**
Alienação de Bens	20.000,00
Transferências de Capital	1.300.000,00
Outras Receitas de Capital	150.000,00
TOTAL GERAL	**14.902.500,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.042.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**13.860.000,00**

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**958.000,00**
Receita de Contribuições	658.000,00
Receita Patrimonial	300.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**70.000,00**
Amortização de Empréstimos	70.000,00
TOTAL GERAL	**1.028.000,00**

3- ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	**14.390.500,00**
Receita Tributária	2.482.500,00
Receita de Contribuições	659.000,00
Receita Patrimonial	355.000,00
Receita de Serviços	322.000,00
Transferências Correntes	10.031.000,00
Outras Receitas Correntes	541.000,00
RECEITA DE CAPITAL	**1.540.000,00**
Alienação de Bens	20.000,00
Amortização de Empréstimos	70.000,00
Transferências de Capital	1.300.000,00
Outras Receitas de Capital	150.000,00
TOTAL GERAL	**15.930.500,00**
- Deduções para Formação do FUNDEF	1.042.500,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**14.888.000,00**

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programas de Trabalho e Natureza da Despesa, integrantes desta Lei.

1 – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa	532.000,00
02 – Judiciária	88.000,00

04 – Administração	1.249.000,00
06 – Segurança Pública	483.000,00
08 – Assistência Social	370.000,00
09 – Previdência Social	213.000,00
10 – Saúde	2.692.000,00
12 – Educação	4.042.000,00
13 – Cultura	121.000,00
15 – Urbanismo	1.894.000,00
17 – Saneamento	560.000,00
20 – Agricultura	162.000,00
23 – Comércio e Serviços	59.000,00
26 – Transporte	796.000,00
27 – Desporto e Lazer	377.000,00
28 – Encargos Especiais	157.000,00
99 – Reserva de Contingência	1.093.000,00
Total Geral	**14.888.000,00**

2 – POR SUBFUNÇÕES

031 – Processo Legislativo	532.000,00
062 – Processo Judiciário	88.000,00
122 – Administração Geral	952.000,00
123 – Administração Financeira	49.000,00
124 – Controle Interno	136.000,00
129 – Administração de Receitas	112.000,00
181 – Policiamento	483.000,00
241 – Assistência ao Idoso	50.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	155.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	68.000,00
244 – Assistência Comunitária	97.000,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	213.000,00
301 – Atenção Básica	2.230.000,00
304 – Vigilância Sanitária	63.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	49.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	350.000,00
361 – Ensino Fundamental	2.955.000,00
365 – Educação Infantil	1.003.000,00
366 – Educação de Jovens e Adultos	38.000,00
367 – Educação Especial	46.000,00
392 – Difusão Cultural	121.000,00
451 – Infra - Estrutura Urbana	1.490.000,00

452 – Serviços Urbanos	404.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	560.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00
606 – Extensão Rural	112.000,00
695 – Turismo	59.000,00
782 – Transporte Rodoviário	796.000,00
812 – Desporto Comunitário	377.000,00
843 – Serviço da Dívida Interna	127.000,00
846 – Outros Encargos Especiais	30.000,00
999 – Reserva de Contingência	1.093.000,00
TOTAL	**14.888.000,00**

3 – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	11.380.000,00
Despesas de Capital	2.415.000,00
Reserva de Contingência	1.093.000,00
TOTAL DA DESPESA	**14.888.000,00**

4 – POR ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Câmara Municipal	532.000,00
2 – Administração e Dependências	1.523.000,00
3 – Finanças	732.000,00
4 – Assistência Social	370.000,00
5 – Fundef	1.900.000,00
6 – Educação	2.613.000,00
7 – Turismo e Esporte	436.000,00
8 – Saúde	2.342.000,00
9 – Obras e Serviços Urbanos	1.894.000,00
10 – Saneamento	560.000,00
11 – Agricultura	162.000,00
12 – Transportes	796.000,00
13 – Instituto de Previdência Serv. Púb. Holambra	1.028.000,00
TOTAL DA DESPESA	**14.888.000,00**

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizado a:

I - realizar Operações de Crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - contingenciar dotações de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.003, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 443 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

DÁ DENOMINAÇÃO DE PRAÇA DA BÍBLIA A ÁREA VERDE E SISTEMA DE LAZER DO PARQUE RESIDENCIAL DOS IMIGRANTES.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- A Área Verde e Sistema de Lazer do Parque Residencial dos Imigrantes, passa a denominar-se Praça da Bíblia.

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe de Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 444 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER O LOTE 04 DA QUADRA "L" COM ÁREA DE 5.700,00 M2 EM DAÇÃO DE PAGAMENTO DE DÉBITO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a receber o bem imóvel objeto da matrícula nº 8.866, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, avaliado em R$ 179.550,00(cento e setenta e nove mil quinhentos e cinqüenta reais), assim descrito e caracterizado "*uma chácara sob nº 04 da quadra L, do condomínio denominado Fazenda Duas Marias, situada no perímetro urbano de Jaguariúna, medindo 31,00ms. de frente para a Rua 8, nos fundos mede 79,00ms. Confrontando com a praça nº 11, pelo lado esquerdo mede 145,00ms. onde confronta com a chácara 5, e pelo lado direito mede 100,00ms. Confrontando com chácara 3, com área total de 5.700,00mts2.*",pertencente a Agro Pecuária Duas Marias LTDA, com sede na Fazenda Duas Marias, no Município de Jaguariúna, CNPJ nº 46.691.432/0001-97, em Dação de Pagamento de divida relativa a IPTU DE 1.995, 1.996, 1.997, 1.998, 1.999, 2.000, 2.001 e 2.002 no valor total de R$ 214.080,54 (duzentos e quatorze mil e oitenta reais e cinqüenta e quatro centavos), conforme termo de acordo de dação em pagamento, laudos de avaliação e planilha de cálculos do Setor de Lançadoria que fazem parte integrante desta.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado de efetuar o parcelamento do Débito Remanescente no valor de R$ 34.530,54 (trinta e quatro mil quinhentos e trinta reais e cinqüenta e quatro centavos), em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, no valor de R$ 1.438,77(mil quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos) cada uma.

Artigo 3º - Como garantia até final do pagamento do débito remanescente citado no artigo 2º, o Executado dará *uma chácara sob nº 02 da quadra E, do condomínio denominado Fazenda Duas Marias, situada no perímetro urbano de Jaguariúna, objeto da Matrícula 3.995 junto ao CRI de Pedreira,* conforme termo que faz parte integrante da presente.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 4º - A escritura de dação do bem imóvel deverá ser firmada dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, ficando a cargo da Prefeitura Municipal as despesas decorrentes, se houverem.

Artigo 5º - O recolhimento das custas e demais despesas processuais ficarão a cargo da Agro Pecuária Duas Marias LTDA, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei.

Artigo 6º - A não lavratura da Escritura e o não pagamento das custas judiciais implicará no cancelamento do acordo.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 13 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 445 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CLASSE ESPECIAL E SALA DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu, **CELSO CAPATO,** Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- Ficam criadas a Classe Especial e a Sala de Recurso, sendo ambas vinculadas à Escola Municipal de Educação Básica "Jardim das Primaveras".

Parágrafo Único - No Ensino Regular o atendimento em classes especiais será destinado apenas a alunos com deficiência mental que não possam ser atendidos satisfatoriamente em classes comuns.

Artigo 2º - O número de alunos da classe especial, não deverá ultrapassar o máximo de 12 (doze) alunos em classe.

Artigo 3º - Para ingresso na classe especial é necessário avaliação pedagógica realizada por pedagogo especialista na área.

Artigo 4º - O material escolar didático para a Classe Especial, deverá obedecer as especificações para cada nível e tipo de ensino, podendo o mesmo ser adotado também para a Sala de Recursos.

Artigo 5º - O mesmo espaço físico utilizado para o funcionamento da Classe Especial poderá ser utilizado para funcionamento da Sala de Recurso, quando a mesma não tiver sendo usada por alunos da classe especial.

Artigo 6º - O profissional que atuará na Sala de Recursos e na Classe Especial deverá ter formação em Pedagogia com habilitação em deficiência mental, auditiva, física e visual.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 446 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL "GIRASSÓIS EM AÇÃO".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e Eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Projeto Educacional " Girassóis em Ação", situado na Rua Dr. Jorge Latour, nº 964 – Centro, Município de Holambra, Estado de São Paulo, mantido pelo Poder Público Municipal e subordinado ao Departamento Municipal de Educação da Estância Turística de Holambra, cujo funcionamento está norteado nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional – Titulo I, artigo 1º; Titulo V, Capítulo II, Seção I, artigos 22, 23 e 25 e Seção III, artigos 32 e 34 e na Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente , Capítulo IV, artigos 53 e 68.

Artigo 2º - Sua infra estrutura estará vinculada aos recursos provenientes do FUNDEF, regulamentados pela Lei Federal n.º 9.496/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, devendo seu trabalho ser destinado aos alunos de 1ª à 5ª séries do Ensino Fundamental, cuja principal característica é desenvolver atividades com ações sócio-educativas, que objetivam proporcionar: educação, lazer, proteção e caminhos para a profissionalização, amparados na Lei Federal n.º 10.219 de 11 de abril de 2001 – Programa Nacional do Bolsa-Escola – Guia de Ações Sócio-educativas.

Artigo 3º - O Projeto será organizado para atender crianças de 07 à 11 anos de idade, nos seguintes níveis:

I – Nível I : crianças de 7 anos de idade;
II – Nível II : crianças de 8 à 9 anos de idade, e
III – Nível III : crianças de 10 à 11 anos de idade.

Artigo 4º - Para freqüentar o Projeto Educacional " Girassóis em Ação", a criança deverá obrigatoriamente estar matriculada no Ensino Fundamental, em uma das séries compreendidas entre a 1ª e 5ª séries.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 447 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR VERBAS ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, autorizada a suplementar na importância abaixo discriminada, a seguinte verba do Instituto de Previdência Municipal da Estância Turística de Holambra:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica (Inst.Prev.Mun.Hol.-IPMH)	R$ 1.000,00

Artigo 2º - Para a suplementação do referido crédito serão anulada, na importância abaixo discriminada, a seguinte dotação do orçamento em execução:

CODIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390.36.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física (Inst.Prev.Mun.Hol.-IPMH)	R$ 1.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

LEI Nº 448 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ABONO SALARIAL AOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE HOLAMBRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 9.424 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a distribuir em forma de abono, aos Professores do Ensino Fundamental do Município, considerada a assiduidade de cada Profissional, o resíduo, se houver, do 60% (sessenta por cento) dos recursos destinados à remuneração desses profissionais, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Artigo 2º - O profissional que constar em sua ficha de freqüência , a quantidade de até 03 (três) faltas anuais fará juz a 100% (cem por cento) de gratificação em caráter de abono salarial, aos demais profissionais que contarem com mais de três faltas em sua ficha de freqüência será aplicada a seguinte proporção:

I- de 4 a 8 faltas anuais, fará juz a 70% (setenta por cento) de gratificação em caráter de abono salarial;

II- de 9 a 12 faltas anuais, fará juz a 40% (quarenta por cento) de gratificação em caráter de abono salarial;

III- acima de 12 faltas anuais, fará juz a 15% (quinze por cento) de gratificação em caráter de abono salarial.

Parágrafo Único – Não serão consideradas faltas , para efeito da concessão do abono salarial de que trata o artigo 1º desta Lei, aquelas decorrentes do artigo 98 da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.

Artigo 3º- O Abono de que trata a presente Lei não será incorporado à remuneração dos beneficiados.

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 4º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º- Revogam-se as disposições em contrário, e em especial as Leis Municipais nº 323 de 29 de dezembro de 1999 e 347 de 09 de junho de 2000.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 26 de Dezembro de 2002.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
Chefe do Expediente e Secretaria